

Entrevista

Ivan da Silva, promotor de Justiça e coordenador da Promotoria Comunitária de Santos

“Queremos aproximar o MP da população”

SANDRO THADEU
DA BRENÇÃO

O Ministério Público (MP) tem uma importância vital para defender os interesses da coletividade. No entanto, muitos cidadãos ainda não têm essa dimensão. Um dos motivos para esse distanciamento é o fato de se enxergar o MP como um órgão de repressão. Para mudar essa mentalidade de parte da população e das autoridades, foi criada a Promotoria Comunitária. Instalada em Santos desde fevereiro do ano passado, essa unidade busca soluções para problemas sociais. O órgão local, sob o comando do promotor de Justiça Ivan da Silva, vem apresentando bons resultados e contando com a colaboração da Prefeitura de Santos, órgãos públicos e empresas para solucionar as demandas da comunidade.

Como surgiu o conceito da Promotoria Comunitária?

Essa ideia surgiu em São Paulo, no início dos anos 2000, e foi copiada do sistema norte-americano. Um colega do Ministério Público (MP) trouxe essa ideia de lá e começou a implantá-la com o apoio dos colegas, de juizes e da comunidade. É um sistema que busca empoderar e dar voz à população. E isso acabou dando resultado, reduzindo a criminalidade e gerando um maior envolvimento da comunidade. Com o tempo, começaram a surgir outras promotorias pelo Estado, como em Limeira, onde foi criada em parceria com um centro educacional.

Foi aí que surgiu a inspiração de trazer essa iniciativa para Santos?

Sou professor da Universidade Católica de Santos (Unisantos) e a diretora da Faculdade de Direito, Renata Bonavides, soube da existência desse trabalho. Por isso, ela pediu para que eu entrasse em contato com a assessoria da Procuradoria-Geral de Justiça para trazer esse projeto para Santos e fomos a Limeira ver como funcionava. A ideia começou a fluir e conseguimos trazer esse modelo para cá. E o MP firmou um termo de cooperação com a Unisantos, em fevereiro de 2015.

Qual foi o tempo decorrido do surgimento da ideia até o início dos trabalhos?

Foi um processo longo. Levamos cerca de dois anos fazendo reuniões e visitas.

E o que está previsto nessa parceria?

A Unisantos fornece o local físico para a realização das plenárias. A instituição colocou à disposição todos os cursos para nos auxiliar em alguma demanda específica.

Existe mais algum parceiro nesse trabalho, além da Unisantos?

Sim, o Instituto Elos, que já tem *know-how* em fazer um trabalho nas comunidades de Santos. Os integrantes dessa ONG (organização não governamental) atuam como facilitadores nas nossas plenárias. O Elos ajuda de bastante a divulgar o nosso trabalho nas comunidades.

Quanto promotorias participam dessa iniciativa?

Inicialmente, o trabalho começou comigo e com Carlos Alberto Carmello Júnior, que também é vinculado à Unisantos. Mais dois colegas também participam: João Carlos Meirelles Ortiz e Carlos Alberto Moraes Barbosa. No entanto, trabalhamos em rede e contamos com a



FERNANDA LUIZ

“O Judiciário já está assoberbado, as ações são muito demoradas e muitas vezes uma intervenção do Estado não agrada nenhuma das partes”

peessoa pede sigilo com medo de não se expor.

E isso já aconteceu?

Sim, uma senhora de uma comunidade do morro reclamou de uma situação de trânsito, mas não queria se expor. A situação foi resolvida após um diálogo com a subprefeitura. Outro exemplo: uma senhora veio nos procurar porque uma pedra caiu no teto da casa dela e ela só queria saber até quando a prefeitura iria pagar o aluguel. Ela ficou com medo de se expor, não colocou o endereço e telefone. Temos a resposta, mas não temos como passar essa notícia, que é positiva.

No caso da Prefeitura de Santos, é difícil chamar para o diálogo certos órgãos ou secretarias por ser uma administração muito grande?

No início, tivemos dificuldades. Às vezes, a gente achava que a demanda era para um determinado secretário, mas na verdade era para outro. Diante dessa situação, os pedidos passaram a ser centralizados no gabinete do prefeito, que tem hoje como assessor especial o ex-promotor Octávio Borba de Vasconcelos Filho. Isso facilitou bastante, inclusive agilizando as respostas.

A maioria dos casos se refere a problemas que se arrastam há anos?

Muitos se enquadram nessa situação. Um caso emblemático é o da Vila dos Criadores, que é uma amostra de que todos nós, que somos de alguma maneira representantes do Estado, agimos da melhor forma possível, mas não conseguimos resolver o problema. Essa comunidade está em cima do antigo lixão na Alemoa. Existe um estudo técnico dizendo que não se pode ter vida humana lá. O MP chamou a Prefeitura para assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), homologado pelo Poder Judiciário, em 1997. A Prefeitura ainda não tirou as pessoas de lá até hoje.

E como está o andamento desse caso?

Tivemos algumas reuniões demoradas e complicadas, mas o colega da promotoria do Meio Ambiente (Rogério da Luz) teve bastante boa vontade. A Prefeitura mandou representantes de vários órgãos e chegamos a uma espécie de acordo. Ela encaminhou agora um projeto de erradicação total das moradias de lá. A proposta está sendo analisada pelo promotor. Essa evolução nos deixou muito contentes, porque foi um trabalho muito difícil.

Os órgãos estaduais e federais, assim como as concessionárias de serviços públicos, têm participado das reuniões da Promotoria Comunitária quando são acionadas?

Uma coisa que nos deixa bastante satisfeito é a grande acei-

tação deles em vir dialogar. Já passaram pelas nossas plenárias representantes da Viação Piracicabana, Codesp, empresas portuárias, Defesa Civil, Bombeiros, Federação Brasileira de Bancos (Febraban), entre outros. Tem sido uma grata surpresa.

Por quê?

Tínhamos dúvidas se uma cidade como Santos teria espaço para a Promotoria Comunitária, porque é um município onde há muitos canais de atendimento para a comunidade. Essa expectativa inicial foi superada e tem gerado efeitos positivos para a comunidade ao chamar a atenção dos órgãos para certas demandas.

O grupo já recebeu demandas de cidades vizinhas? Qual é o encaminhamento dado?

Nessas situações, enviamos a demanda para os colegas da cidade correspondente. Demanda para atender toda a população da Baixada Santista é uma realidade.

Como é possível viabilizar uma Promotoria Comunitária regional?

Dependemos de parcerias. A gente já conversou com a reitoria da Unisantos, que nos deu sinal verde para que possamos atuar em outros lugares. No caso do MP, dependemos do convencimento dos colegas de outras localidades para que venham participar.

O senhor atuou por 18 anos como promotor criminal. Essa experiência à frente da Promotoria Comunitária mudou a sua visão sobre os problemas enfrentados pela população?

Realmente, muda a nossa visão. A gente acaba adquirindo alguns vícios relacionados à nossa função. Muitas vezes, ficamos presos dentro do nosso segmento, da nossa profissão e do nosso círculo de amigos. Com a Promotoria Comunitária, passei a visitar algumas comunidades. A gente enxerga uma realidade que não é a nossa. Por exemplo, fui à Vila dos Criadores, onde não poderia viver seres humanos, mas é um local onde moram muitas pessoas, se criam animais e possuem plantações. Muitos não têm a dimensão do risco que correm. É muito diferente ver essa realidade do que analisar apenas o processo.

“Uma das funções é empoderar quem não tem voz. Esse distanciamento ficou muito claro desde o início. Essa é uma percepção que eu não tinha”

“Com a Promotoria Comunitária, passei a visitar algumas comunidades. A gente enxerga uma realidade que não é a nossa”

ajuda sempre que necessário de outros promotores.

E como funciona na prática a Promotoria Comunitária?

O cidadão chega até o Ministério Público e nos traz o seu problema. Essa demanda é descrita em um formulário. Com base nisso, vamos atrás dos órgãos públicos que podem resolvê-la. A Promotoria Comunitária funciona como uma espécie de intermediadora do diálogo entre a comunidade e quem deveria resolver a questão. Buscamos sempre um acordo. A ideia é evitar a judicialização por várias razões: o Judiciário já está assoberbado, as ações são muito demoradas e muitas vezes uma intervenção do Estado não agrada nenhuma das partes.

Qual a diferença entre procurar a Promotoria Comunitária e uma promotoria específica,

como Defesa do Consumidor ou Patrimônio Público, por exemplo?

Uma das funções da Promotoria Comunitária é empoderar quem não tem voz. Esse distanciamento ficou muito claro desde o início. Essa é uma percepção que eu não tinha, porque sempre achei o Ministério Público um órgão muito aberto e que as pessoas não tinham problema em nos procurar. Isso não é bem assim. Muitas vezes, as pessoas não sabem nem explicar com detalhes o que as preocupa. Não somos órgãos de execução. Como promotor de Justiça, posso instaurar inquéritos civis e entrar com ações. Apenas chamamos as partes para um diálogo. Se esse objetivo não for alcançado, a demanda para o ajustamento de uma ação é repassada para a promotoria específica.

O senhor acredita que isso se

deve ao fato de as pessoas ainda enxergarem o MP como um órgão de repressão e de fiscalização?

Sim, nosso objetivo é aproximar o MP da população, conforme previsto na Constituição. Somos os defensores da democracia, que passa pelo acesso do cidadão do que é seu de direito. Tanto é que o principal demandado em Santos é o poder público. Essa visão também é de pessoas do poder público. Por exemplo, um subprefeito da Cidade ficou muito chateado quando o MP o acionou, porque imaginava a existência de alguma denúncia de que não estava trabalhando direito. Ao explicar o nosso trabalho, a pessoa entendeu e verificou qual era a nossa intenção. Realmente, as pessoas ainda têm medo de apresentar demandas contra alguém mais poderoso, como empresa ou prefeitura. Às vezes, a